ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Memória Progestão nº 10/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.011555/2017-33

Em 2 de março de 2017.

Assunto: 6ª Oficina de Acompanhamento e Planejamento do Progestão - Mato Grosso do Sul
Nº do Processo Progestão: 02501.000943/2013-40

Evento: ☒ Oficina de acompanhamento ☐ Reunião ☐ Videoconferência	
Local: Sede do IMASUL	**Cidade:** Campo Grande - MS
Data: 01/02/2017	
Instituições participantes: IMASUL e ANA	

Relato

1. A 6ª Oficina de acompanhamento e planejamento do Progestão aconteceu na sede do IMASUL, em Campo Grande. Foram avaliados o estágio do cumprimento das metas do programa e as necessidades para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado do Mato Grosso do Sul.
2. Com relação às metas de cooperação federativa, destacam-se as seguintes observações:

- **Meta I.1 – Integração das bases cadastrais:** desde o início da implementação da outorga no estado, em 2015, foram emitidas 293 portarias, somente em 2016, contando o tamponamento de poços (24). Foram validados 281 usos insignificantes. O IMASUL possui um sistema próprio de cadastro e de outorgas, optando por integrar os dados com o CNARH através de upload de planilha eletrônica. Mudanças constantes de formatação nos dados pela ANA prejudicam a exportação dos mesmos para o CNARH. Os técnicos do IMASUL sugerem que a ANA avise com antecedência as mudanças para que o estado possa se preparar, com no mínimo 6 meses e, caso haja alguma mudança neste intervalo, não exigir do estado a adaptação. Durante o procedimento de upload, encontraram problemas de aproximação dos dados (caso dos volumes das barragens pequenas) e com a irrigação zero (na correção manual) em alguns meses e horas quebradas, pois na tabela de exportação só aceita números inteiros.
- **Meta I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas:** em 2017 serão exportados todos os dados de águas subterrâneas para o CNARH junto com a meta I.1. Com relação ao ano de 2016, os dados estão sendo complementados manualmente no CNARH.
- **Meta I.3 – Contribuição para a difusão do conhecimento** segundo informado, os dados foram

enviados no formato e prazos solicitados.

- **Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos** a planilha do Gestor PCD da ANA indica que o estado vem realizando as manutenções corretivas de maneira adequada e eficiente, pois a média da transmissão das 12 estações telemétricas em 2017 supera os 80% da meta. Há, no entanto, a necessidade de mais sensores de reserva, além da necessidade de atualização do Atlas de Vulnerabilidade às inundações, pois o estado vem detectando eventos críticos em locais onde antes não acontecia.
- **Meta I.5 – Atuação para segurança de barragens:** o regulamento dos artigos 8º e 9º da PNSB foi publicada ao final de 2016. Dos 380 cadastros enviados, 120 barragens foram classificadas quanto ao risco e ao dano potencial. Foram enviados ofícios aos empreendedores solicitando informações para a classificação e utilizado a metodologia simplificada da ANA para classificar quanto ao dano potencial associado à ruptura. O foco dos técnicos foi na classificação das barragens já cadastradas.

3. Com relação às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, destacam-se:

- **Grupo das variáveis legais, institucionais e de articulação social**: destaca-se, primeiramente, com relação à estrutura organizacional, que não há perspectiva de realização de concursos público para implementar a equipe do IMASUL para a gestão dos recursos hídricos. A solução temporária adotada pelo estado é a contratação de bolsistas, atualmente em número de 18, contratados com recursos do Progestão. Essa situação temporária, entretanto, não pode perdurar por muito tempo, havendo a necessidade de realizar o concurso, uma vez que a demanda de trabalho de apoio aos Comitês, emissão de outorgas, monitoramento e planejamento vem aumentando consideravelmente. Com relação ao arcabouço legal, ressalta-se que o estado avançou muito no ano de 2016, regulamentando vários aspectos da política de recursos hídricos, destacando-se a área de segurança de barragem e usos insignificantes de águas subterrâneas. Apesar dos avanças, observa-se que a metodologia do Progestão não permite demonstrá-los, uma vez que o nível 3, se refere a um arcabouço completo, com política estadual de recursos hídricos estabelecida por Lei, bem como todos os regulamentos e normativos complementares necessários. O estado não se encontra mais no nível 2, que é o arcabouço básico, mas também não se encontra no nível 3. Essa mesma dificuldade foi identificada em outras variáveis avaliadas. O CERH se reúne ordinariamente 3 vezes por ano e vem atuando adequadamente. Existem três Comitês de Bacia Hidrográfica instalados no estado contemplando 4 sub-bacias (Miranda, Ivinhema e Santana/Aporé), sendo que o CBH Santana Aporé foi instalado em 2016 e faz parte da bacia hidrográfica do rio Paranaíba. O estado já aderiu ao PROCOMITÊ. Houve um avanço na variável 1.10, referente à articulação com os setores usuários, pois os técnicos do IMASUL verificaram que, além da articulação realizada no âmbito do CERH, estão sendo realizados ciclos de palestras e reuniões com os setores agropecuário, industrial, de saneamento e de silvicultura.
- **Grupo das variáveis de planejamento**: há um conhecimento adequado das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas no estado, mas ainda faltam estudos mais aprofundados sobre as disponibilidades de águas subterrâneas. Em 2016, os técnicos do IMASUL determinaram as disponibilidades hídricas superficiais por geoprocessamento utilizando a técnica de *krigagem* e essa metodologia já está incorporada no sistema de outorgas. O planejamento estratégico já foi realizado no IMASUL, mas falta a sua implementação. Com relação ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, concluído em 2008, os técnicos apontaram a necessidade de sua atualização e já enviaram solicitação à ANA e à SRHU, mas ainda não foram contemplados. Avanços foram identificados nas variáveis 2.5 (Planos de Bacia) e 2.8 (Modelos e sistemas de suporte à decisão). Com relação aos Planos de Bacia, destaca-se que a maioria dos CBHs instalados já possuem seus planos, ou seja, dos três CBHs, dois já possuem planos (Ivinhema e Miranda) e em um deles, o Santana-Aporé, a equipe do IMASUL fará a sugestão de realizar um recorte do Plano do Paranaíba, recém realizado, poupando recursos e agilizando a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Com relação aos CBHs Miranda e Ivinhema, o IMASUL pretende focar esforços na implementação dos planos. Já com relação aos modelos e sistemas de suporte à decisão, destacam-se avanços no módulo de outorga (entrou em operação em dezembro/2015) que está totalmente operacional e em funcionamento adequado. Neste módulo foram implementados os sistemas de avaliação qualitativa e quantitativa das águas superficiais e subterrâneas.
- **Grupo de variáveis de informação e suporte**: nesse grupo verificaram-se avanços nas variáveis 3.4 (Monitoramento da qualidade da água) e 3.5 (Sistemas de informações). No caso do monitoramento da qualidade da água o estado passou a monitorar pelo menos 50% dos pontos previstos na RNQA quando aderiu ao Qualiágua. Já no caso do sistema de informações, verifica-se que o estado, além de ter um banco de dados de recursos hídricos, possui ferramental computacional para acessá-los e gerar informações utilizadas em seus processos internos de regulação e gerenciais. Destaca-se também que o estado possui um cadastro de usuários e de infraestrutura hídrica com mais de 7.000 cadastros e que, com relação ao aspecto de pesquisa e tecnologia, o IMASUL vem realizando articulação com a UFMS para integrar a rede de universidades do PROFIÁGUA, coordenado pela ANA.

- **Grupo de variáveis operacionais** o principal destaque neste grupo é a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. No início do programa o estado ainda não possuía a outorga regulamentada, apesar de prevista em Lei. Sendo essa uma meta estadual de atendimento obrigatório no Progestão , o IMASUL envidou esforços para implantá-la e, entre 2015 e 2016, já foram emitidas 293 outorgas e incluídas 24 desativações de poços artesianos, além de várias resoluções e manuais publicados, relacionados aos procedimentos de outorga e ao sistema de suporte à decisão para os técnicos analisarem os pedidos de outorga, o que tem agilizado bastante os procedimentos. Com relação à fiscalização, existe um passivo em relação aos usos de recursos hídricos cadastrados no sistema que precisa ser solucionado uma vez que vem crescendo a demanda pela outorga no estado. A partir de 2017 o IMASUL iniciará a fiscalização dos usuários outorgados. Com relação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, destaca-se que existe uma proposta de regulamentação, feita pelo IMASUL, atualmente na Procuradoria do Estado para avaliação.

4. Todas as anotações sobre o acompanhamento das variáveis estão registradas em planilha eletrônica anexa a essa memória, bem como a lista de presença e a programação da oficina.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

5. Com relação às metas de cooperação federativa vale destacar que o IMASUL irá, em 2017, exportar os dados de águas subterrâneas através do upload de planilha no CNARH, em conjunto com os outros dados de usuários regularizados.

6. Quanto às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, vale destacar que o IMASUL pretende buscar fonte de financiamento para realizar a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em relação aos Planos de Bacia, irá propor ao CBH Santana-Aporé a utilização do recorte desta bacia no Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba e, com relação aos outros dois Comitês, pretendem agendar reuniões para viabilizar a implementação dos planos de bacia já existentes. Ressalta-se ainda que, para melhorar a atividade de fiscalização dos usos de recursos hídricos, o IMASUL pretende fiscalizar os usos já outorgados.

Conclusões

7. O estado do Mato Grosso do Sul vem se empenhando para cumprir as metas do Progestão, sendo observado grandes avanços na gestão dos recursos hídricos em âmbito estadual.

8. No entanto, é preocupante a falta de pessoal efetivo para a gestão de recursos hídricos, atualmente com uma solução temporária de contratação de bolsistas. É fato que o aprendizado e a capacitação de profissionais é um resultado importante, mas é fundamental que os agentes políticos reconheçam a importância da gestão dos recursos hídricos no estado, principalmente considerando que o uso de técnicas de irrigação na agricultura local vem aumentando e que já se percebe um aumento da frequência de eventos hidrológicos extremos, que podem comprometer a disponibilidade hídrica no estado.

9. Sem dúvida, a contratação de pessoal qualificado efetivo para exercer as funções de gestão e regulação dos recursos hídricos é o principal passo para consolidar o gerenciamento dos recursos hídricos em Mato Grosso do Sul.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
BRANDINA DE AMORIM
Gestora do Contrato nº 089/ANA/2013
Portaria ANA nº 345, de 05 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

6ª OFICINA DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO – MATO GROSSO DO SUL

Local:	Sede do IMASUL-MS
Data:	01/02/2017
Objetivo:	Planejamento de ações para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado e atingir os níveis das variáveis previstas no Progestão, conforme Quadro de Metas aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a avaliação do andamento das atividades.
Público alvo:	Deverão participar da oficina os responsáveis pelas ações relacionadas às variáveis de gestão previstas no Quadro de Metas integrante do Contrato Progestão, no âmbito do **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Mato Grosso do SUL (SEGREH-MS)** e aqueles responsáveis pelo cumprimento das metas de cooperação federativa, além de **membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos** envolvidos com a avaliação das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual.
Resultados esperados:	Espera-se, ao final dessa oficina, o estabelecimento de ações que permitam a consecução das metas de cooperação federativas e de gerenciamento em âmbito estadual pertinentes ao Progestão e consequente aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no estado de Mato Grosso do Sul com horizonte de planejamento até final de 2017.
Metodologia:	**Análise das metas** – realizar uma análise crítica de cada uma das 5 metas de cooperação federativa bem como de cada nível das variáveis das metas estaduais previstas no Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios. **Identificação de ações** – levantamento das atividades, ações e encaminhamentos necessários para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa, identificando os responsáveis, os prazos e as possíveis fontes de recursos necessários. **Estabelecer forma de atuação** – definir ações e estratégia para atingir a consecução das metas. **Identificação dos responsáveis** – identificar os pontos focais e/ou responsáveis pelas ações previstas no Quadro de Metas do Progestão.
Infraestrutura Necessária:	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint.

PROGRAMAÇÃO

Dia: 01/02/2017 (Quinta-feira)

08h – 12h

- Avaliação do atingimento das metas de cooperação federativas (Conjuntura; Eventos críticos - sala de Situação e PCDs; CNARH; Águas Subterrâneas; Segurança de Barragens) em 2016 e;
- Identificação de possíveis problemas que poderão comprometer o cumprimento das metas de cooperação federativa em 2017.

14h – 18h

- Avaliação do cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual para o 4º Período de Avaliação (2016);
- Identificar desafios que poderão comprometer o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual para o 5º Período de Avaliação (2017).
- Avaliação da utilização dos recursos financeiros do Progestão e proposta para a sua utilização nos próximos anos do Programa;
- Esclarecimento de dúvidas sobre os Informes.

LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: Reunião Progestão – ANA
LOCAL: Sala de Rueuniões da ~~DILIG~~IMASUL
DATA: 01/02/2017

Instituições	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
IMASUL - GRH	Pedro Marcondes	pedromarcondesm@hotmail.com	(67) 99609 9295	
IMASUL. GRH	DOUGLAS MACENTE	DFMACENTE@IMASUL.MS.GOV	(67) 3318 6085	
IMASUL - GRH	Rodrigo Bahia Pereira	rpereira@IMASUL.MS.GOV.BR	(67) 9606-9474	
IMASUL -GRH	LUCIANO JIKIMURA	LJIKIMURA@IMASUL.MS.GOV.BR	(67) 3318-6085	
Imasul - GRH	LEONARDO S Costa	lcosta@imasul.ms.gov.br	(67) 9812-1629	
Imasul - GRH	Juarez Marques Cardoso	jmcardoso@imasul.ms.gov.br	(67) 3318-6140	
Imasul - GRH	Paulo Mitsuo C. Sakamoto	psakamoto@imasul.ms.gov.br	(65) 99085029	
IMASUL – GRH	Claudete Bruschi	cbruschi@imasul.ms.gov.br	(67) 981050003	
IMASUL - GRH	Elisabet Arndt	earndt@imasul.ms.gov.br	33186034	
IMASUL - GRH	Kauã Nasc. de Souza	Kaucamos1702@hotmail.com	(18) 99749.6080	
IMASUL - GRH	Márcia Cairo	mcaires@imasul.ms.gov.br	(67) 981587973	
IMASUL - GRH	Camilla Serratine	cserratine@imasul.ms.gov.br	(67) 3318-6141	
IMASUL - GRH	ANGELICA HARALAMPIDOU	aharalampidou@imasul.ms.gov.br	(67) 3318-6085	
SALA DE SITUAÇÃO-GRH	LINCOLN CURADO	lincolncurado@gmail.com	3318-5260	
Imasul - GRH	João Levi	jlevi@imasul.ms.gov.br		

LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: Reunião Progestão - ANA
LOCAL: IMASUL
DATA 01/02/~~2016~~ 2017

INSTITUIÇÃO	NOME	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Imasul	Cleuza Mª Gomes Pereira	crianc@imasul.ms.gov.br	3318-6140	[illegible]
Imasul	Jeverson Vasconcelos de Souza	jsouza@imasul.ms.gov.br	3318-6143	[illegible]
IMASUL/GRH	Adriana Cipª Santos Ferrer	aferrer@imasul.ms.gov.br aasferrer@gmail.com	3318.6142	[illegible]
ANA	Brandina de Amorim	brandina.amorim@ana.gov.br	99160-2019	[illegible]

OFICINAS DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO

ESTADO: MATO GROSSO DO SUL IMASUL/MS TIPOLOGIA: B METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	Meta	Descrição	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/MS	Órgão/Unidade Responsável	Informações Levantadas	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta					
							1a Oficina (13 e 14/05/2014)	2a oficina (03/12/2014)	3a Oficina (03/07/2015)	4a Oficina (10/11/2015)	5a Oficina (07/07/2016)	6a Oficina (01/02/2017)
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel e Maurício/SFI	Cristiane e Jeverson	IMASUL/SGI	Os critérios de outorga ainda não foram normatizados. Não há necessidade de enviar dados de usos insignificantes. Necessidade de área de teste na ANA para fazer a integração.	O cadastramento é obrigatório por Decreto e já tem 2 anos. Enviar oficialmente nome dos pontos focais das UORGs.	Será sincronizado via ftp os usuários priorizado conforme edital de convocação (DOE e Edital). Maioria poços.		Necessidade de integração dos sistemas da ANA com do estado (criação de webservice da ANA com estado). A ANA define padrão e o estado procura adaptar. O estado entende que poderia ampliar o prazo para entrega do dado até 15 de janeiro. Verificar se a planilha vai se manter ou não.	Sem problemas. Fazer um teste em agosto/2016.	293 portarias emitidas em 2016, contando o tamponamento de poços (24). Foram validados 281 usos insignificantes. Mudanças constantes de formatação nos dados pela ANA prejudicam a exportação dos dados para o CNARH. Avisar as mudanças com antecedência para o estado se preparar (6 meses). Problemas de aproximação dos dados (caso dos volumes das barragens pequenas). Problemas com a irrigação zero (em correção manual) em alguns meses e horas quebradas (na tabela de exportação só aceita números inteiros).
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Cleuza	IMASUL/GRH	~ 6000 poços em processo de licenciamento. A maioria do cadastro de usuários é de usos de águas subterrâneas.	Colocar no módulo de outorga subterrânea as informações que o módulo da ANA vai desenvolver. Solicitar à ANA quais serão esses dados. Alimentam o SIAGAS apenas poços com certificado de registro de poço.		Aguardar visita da ANA. Tentar preencher SIAGAS. Determinação da disponibilidade de águas subterrâneas e inserção no sistema de suporte à decisão para a água subterrânea.	Falta a ANA enviar o Informe com a meta. Problemas com o Importa SIAGAS. Após início de inserção dos dados a ANA mudou a quantidade de dados solicitados (dados de gestão e regulação). Até o momento não é possível editar para complementar os dados inseridos no Importa Siagas.	Verificar a questão do tempo para os dados já inseridos no CNARH através do Importa SIAGAS. Tempo para regularização. Verificar se haverá a necessidade de utilizar o Importa Siagas novamente. A alimentação do Siagas está sendo somente após a outorga.	Em 2017 será exportado todos os dados de águas subterrâneas para o CNARH junto com meta 1.1. Relativo a 2016 os dados estão sendo complementados manualmente no CNARH.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre e Laura/SPR	Angélica/ Leonardo	IMASUL/GRH/ (UCCA/GCF)	As informações estão chegando para várias pessoas.	Todas as solicitações das informações devem ser feitas com cópia para a GRH por e-mail.		Verificar questão da Segurança de Barragens (Brandina).	Estado já respondeu.	Verificar Nota Técnica do Conjuntura 2015 e Nota Informativa em anexo. Um único ofício deve ser enviado somente para o Imasul ou SEMADE.	Foi enviado.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado, manutenção corretiva da rede telemétrica realizada e boletins produzidos	Alessandra e Vinícius/SOE e Fabricio/SGH	Beth	IMASUL/GRH	Falta instalação de três telemétricas. Dificuldade logística de acesso aos locais das PCDs. Muita dificuldade para chegar na PCD Pousada Taiamã em Poconé-MT.	Manual da sala de situação, Boletins Diários e Mensal. Verificar possibilidade de transferir responsabilidade de manutenção corretiva da PCD Pousada Taiamã para MT.	Foi instalada uma estação. Faltam duas que poderão ser instaladas até abril/2015. Poconé ficará com MS.	Falta a instalação de 2 telemétricas - aguardando sensor de nível que será enviado pela ANA.	Já tem Boletim diário e mensal. A situação das 2 telemétricas é a mesma. ITD em torno de 100%. 13 estações.	Rede pode ficar sem sensores para reposição que depende da ANA. Previsão de instalar duas estações completas em agosto/2016. Problemas com o mexilhão dourado que entope os sensores.	Necessidade de ter mais sensores de reserva. Necessidade de atualização do Atlas de Vulnerabilidade à inundações.
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturado e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Camilla Serratine	IMASUL/GRH	Ainda não tem o cadastro de barragens.	Será implantado um módulo de segurança de barragem no sistema de informações. Chamamento de usuários com barragens para complementar informações que subsidiarão a classificação das barragens. Utilizar a base de dados de espelhos de água.	Das 58 barragens, 11 completo em cadastro e classificação e ~30 com o mínimo.	O normativo será preparado através de Resolução do CERH ou da Secretaria.	Regulamentação dos artigos da Lei. Será um normativo da SEMADE.	Regulamento já está no jurídico da SEMADE. Entendem que há necessidade de maiores discussão sobre a política de segurança de barragem no que diz respeito à responsabilidade técnica (profissionais) de pequenas e/ou antigas barragens. Negociar com a ANA uma proposta de aplicar em uma região piloto a tecnologia para as classificações e definição de estratégias para fiscalização.	Regulamento dos artigos 8 e 9 concluído. Fotam enviados 380 cadastros e classificadas 120 por risco e dano potencial (enviado ofício aos empreendedores e através da metodologia simplificada de dano potencial associado à ruptura). Foco na classificação.

OFICINAS DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO

ESTADO: MATO GROSSO DO SUL ENTIDADE ESTADUAL:IMASUL TIPOLOGIA: B METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL 9 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS TOTAL DE 23 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Ponto Focal	Meta	DESCRIÇÃO DO NÍVEL A SER ATINGIDO	AUTO AVALIAÇÃO				DESAFIO?	ÓRGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DA META					
							2014	2015	2016	2017				1a Oficina (13 e 14/05/2014)	2a oficina (03/12/2014)	3a Oficina (03/07/2015)	4a Oficina (10/11/2015)	5a Oficina (07/07/2016)	6a Oficina (01/02/2017)
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	15	1.1	Organização institucional do modelo de gestão	Leonardo	3	Tem alguma área da Administração Pública atuando na gestão de recursos hídricos, a qual encontra-se razoavelmente estruturada, sem conflitos com obras, gestão ambiental ou com os setores usuários.	3	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Falta de estrutura mais robusta (estrutura do instituto); Recursos humanos do quadro efetivo é insuficiente; Conflito com setores usuários.	Pleitear junto ao governo do estado um concurso para o IMASUL com conhecimento na área de recursos hídricos; Proposta de reestruturar o IMASUL (projeto do BNDES), inserir proposta de diretoria de recursos hídrico (acompanhar);	Foi realizado um planejamento estratégico para o IMASUL na qual foi inserida a área de recursos hídricos, com participação da GRH. Produto final não foi divulgado. Concurso ainda mantém.	Nova Portaria define regimento interno do IMASUL com as atribuições e estrutura. (Portaria 1 e 2/2014). Dentro da gerência foram criadas as unidades. Não se conseguiu inserir uma diretoria específica para Recursos Hídricos. Previsto uma nova estrutura para o IMASUL. Concurso poderá ocorrer em 2016/2017.	Nova Portaria define regimento interno do IMASUL com as atribuições e estrutura. (Portaria 1 e 2/2014). Dentro da gerência foram criadas as unidades. Não se conseguiu inserir uma diretoria específica para Recursos Hídricos. Previsto uma nova estrutura para o IMASUL. Concurso poderá ocorrer em 2016/2017. Já foram nomeadas os responsáveis pelos unidades e núcleos. 3 Unidades, sendo 2 com 1 núcleo cada.	Não há perspectiva de realizar concurso em 2016. Pode ser em 2017.	Ainda não há perspectiva de concurso.
		1.2	Organismo(s) Coordenador/Gestor	Leonardo	3	Os Organismos Coordenador e Gestor existem e são uma mesma entidade, que está plenamente estruturada (dispões dos recursos materiais e humanos necessários) e operante (todas atribuições institucionais são executadas satisfatoriamente)	3	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Idem 1.1.	Idem 1.1.	Recursos do Progestão; Termo de cooperação mútua com a FUNDECT (13 bolsistas)	Previsão de concurso para 2016/2017. Previsão de contratar mais 4 bolsistas.	Previsão de concurso para 2016/2017. Previsão de contratar mais 4 bolsistas. Já foi contratado 1 por rstrição de espaço físico. A intensão é ampliar esse espaço.	Estão com 16 bolsistas. Em agosto virá um agrônomo e talvez um geólogo.	Foram contratados o agrônomo e geólogo. Estarão com 18 bolsistas em 2017.
		1.3	Gestão de Processos	Leonardo	2	O organismo gestor dispõe de processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos (normas, manuais, rotinas operacionais) para execução de algumas de suas atribuições institucionais.	2	2	2		NÃO	IMASUL/GRH	Nenhum relevante		Está melhorando.	Manual de outorga; Manual da Sala de Situação; Portaria 1 e 2/2014; Rotina de trabalho da Sala de Situação; No Planejamento Estratégico tem a descrição de alguns processos internos do IMASUL; Será publicado o Guia de Prático de Manutenção de Barragens; Orientações para criação de Comitês Estaduais.	Manual de outorga (pronto mas não publicado); Manual da Sala de Situação (pronto); Portaria 1 e 2/2014; Rotina de trabalho da Sala de Situação (rotina de elaboração do boletim diário está pronta); No Planejamento Estratégico tem a descrição de alguns processos internos do IMASUL; Será publicado o Guia Prático de Manutenção de Barragens (aguardando publicação até final de novembro); Orientações para criação de Comitês Estaduais (em elaboração para regulamentado, mas as orientações estão publicadas no Caderno de Gestão Ambiental do IMASUL); Manual de discretização de bacias hidrográficas utilizando o software ArcHYDRO, utilizado para definir bacias das interferências e subsidiar a análise da outorga.	Rotina de trabalho da Sala de Situação está pronta. Manual de outorga publicado (Resolução SEMADE 21/2015). Guia Prático de Manutenção de Barragens publicado na página do IMASUL. Manual de orientação ao usuário para solicitação de outorga via SIRIEMA publicado na página do IMASUL.	Nada relevante.
		1.4	Arcabouço legal	Leonardo	3	Há um arcabouço básico (política estadual de recursos hídricos estabelecida por lei), e a maior parte dos dispositivos legais encontram-se regulamentados e atualizados.	3	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Falta regulamentar o FERH-MS	Propor regulamento do FERH	Regulamento foi proposto. Será verificado os possíveis encaminhamentos.	Regulamento do Fundo está para apreciação da Diretoria de Licenciamento do IMASUL.	Regulamento do Fundo está para apreciação na PGE da SEMADE.	Regulamento do Fundo está para apreciação na PGE da SEMADE.	O estado avançou muito na regulamentação, principalmente na área de segurança de barragem, usos insignificantes de águas subterrâneas entre outros.
		1.5	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Leonardo	4	Existe Conselho constituído e atuante na gestão de águas (diversas resoluções, moções e outras decisões tomadas) e funcionando em condições adequadas (reuniões periódicas, comparecimento satisfatórios dos seus membros)	4	4	4		NÃO	IMASUL/GRH	Nenhum relevante			Conselho acabou de ser renovado (2015-2017). Secretário vem presidindo as reuniões do Conselho.	Secretário vem presidindo as reuniões do Conselho. Câmaras Técnicas foram renovadas (CTPIGRH, CTPALI, CTPAS).	Continua funcionando adequadamente.	Reuniões obrigatórias de 3.
		1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	Leonardo	2	Existem comitês estaduais e/ou organismos colegiados de recursos hídricos em algumas das bacias/áreas críticas (áreas de maior complexidade para a gestão, devido ao comprometimento hídrico, à existência de conflitos pelo uso da água e/ou aos aspectos de gestão da infraestrutura hídrica).	2	2	2		NÃO	IMASUL/GRH	Dificuldade de apoio aos CBHs em recursos financeiros.	Criação de mais um CBH para duas UPGs (Aporé e Santana); Secretário executivo exerce a função de secretariar o CBHs.	Proposta chega antes de meados de 2015.	Proposta de criação do CBH Santana Aporé vai entrar na próxima pauta do CERH; Necessidade de pessoal do IMASUL secretariar o CBH Miranda.	Proposta de criação do CBH Santana Aporé entrou na pauta do CERH mas não foi aprovado, entrará na próxima reunião; Necessidade de pessoal do IMASUL secretariar o CBH Miranda. Processo eleitoral para renovação dos Comitês Miranda (2016-2017) e o Ivinhema (2016-2018).	Foi instituído pelo CERH, o CBH Santana Aporé e está na fase de composição.	3 CBHs instalados para 4 sub-bacias. Santana Aporé já em funcionamento. Iniciaram o processo do Procomitê.
		1.7	Agências de água e Eds	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
		1.8	Comunicação social e difusão	Leonardo/ Assessoria de Comunicação	2	Existem algumas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas falta base técnica profissional e/ou planejamento para essas ações.	2	2	2		NÃO	IMASUL/GRH/ Educação Ambiental	Não existe uma assessoria de comunicação, mas existem canais de comunicação (por exemplo: site); Sub-Secretaria de comunicação de governo centraliza as decisões de comunicação	Publicação do Relatório de Qualidade da Água; Elaboração de folder; atualização da página; Elaborar Plano de Comunicação;	??? (Angélica - Plano de Comunicação proposta)	Atualmente o IMASUL possui uma área específica de comunicação. Antes ficava na sub-secretaria do governo. Não existe um Plano de Comunicação.	Atualmente o IMASUL possui uma área específica de comunicação, mas ainda não vem atendendo as demandas relacionadas à recursos hídricos. Antes ficava na sub-secretaria do governo. Não existe um Plano de Comunicação.	A área de comunicação vem atendendo em parte as demandas. Buscar um planejamento com a área de comunicação.	Ações pontuais.
		1.9	Capacitação setorial	Angélica	2	Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas não é um programa devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e baseado em estudos de determinação de demandas (por exemplo, DNT).	1	1	2		NÃO	IMASUL/GRH/ Educação Ambiental/CERH	Não existe um Plano de Capacitação	Elaboração do Plano de Capacitação	Em elaboração	Conversar com Luis Mello para vir ao MS com o objetivo de orientar para a elaboração do Plano de Capacitação. Enviar modelo AC e MT.	Luis Mello veio ao IMASUL para orientar a elaboração do Plano. O Plano está em elaboração e ficará pronto até final do ano. No próximo ano será enviado ao CERH para formalização. Será realizada uma apresentação e coleta de demandas de capacitação dos membros do CERH.	Levar o plano de capacitação ao conhecimento do secretário e depois levar ao CERH.	Plano de capacitação será formalizado em 2017. Já realizam palestras, seminários etc.
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	Leonardo	2	Há alguma articulação do poder público com os setores usuários e transversais, mas restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associações de usuários, associações de açudes).	2	2	3		NÃO	IMASUL/GRH	Dificuldade de compreensão da PERH pelos setores usuários.	Proposta de capacitação voltada aos membros do conselho e dos CBHs, setores usuários e outros órgãos do estado. Será incluída no Plano de Capacitação.	Está incluído no programa de capacitação.	Palestras sob demanda de setores usuários.	Palestras sob demanda de setores usuários e capacitações previstas no Plano de Capacitação.	Atuação junto ao setores usuários além do CERH e CBH, por exemplo articulação com o setor de silvicultura, irrigante, indústria, saneamento etc.	Ciclo de palestras com o setor agropecuário e industrial. Reuniões com o setorde sanamento e silvicultura.
META II.2 - Variáveis de Planejamento	15	2.1	Balanço hídrico	Beth	2	Há um conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estadual (águas superficiais e subterrâneas) em algumas áreas, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos.	2	2	3		NÃO	IMASUL/GRH	Informação de disponibilidade hídrica é insuficiente em função da falta de dados de monitoramento	Conhecimento das demandas e disponibilidades através do PERH; Melhoria do conhecimento das águas subterrâneas; Estudo do Aquífero Guarani; Sistema de licenciamento permite gerar informações de recursos hídricos; Atualizar a regionalização de vazão. Intensificar a rede de monitoramento.		Foi atualizada a disponibilidade hídrica subterrânea com a metodologia do PERH; Disponibilidade hídrica por isolinhas (regionalização); IMASUL vai enviar as estações das Hidrelétricas e Brandina irá verificar se a ANA tem essa informação para repassar à ANA. IMASUL já encaminhou ofício com a demanda de estudos hidrogeológicos.	Foi atualizada a disponibilidade hídrica subterrânea com a metodologia do PERH; Disponibilidade hídrica por isolinhas (regionalização); IMASUL já encaminhou ofício com a demanda de estudos hidrogeológicos, a ANA respondeu que não havia recursos e que entraria na próxima agenda de águas subterrâneas.	Disponibilidade hídrica superficial por krigagem. As metodologias de determinação das disponibilidades hídricas já estão incorporadas no sistema de outorgas.	Conhecimento adequado do balanço hídrico para a gestão dos recursos hídricos. No entanto ainda faltam estudos mais específicos de águas subterrâneas e superficiais.
		2.2	Divisão hidrográfica	Jeverson	2	Há uma proposta de divisão hidrográfica reconhecida e confiável, mas não formalmente estabelecida (por Lei, por Decreto ou por Resolução do Conselho estadual).	2	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Mesma situação. Há uma proposta no interáguas para revisão do PERH.	A divisão está definida no âmbito do PERH-MS por Resolução do CERH. O Plano será revisto e um dos itens será a revisão da divisão.		A divisão está definida no âmbito do PERH-MS por Resolução do CERH. O Plano será revisto e um dos itens será a revisão da divisão. Foi feito um pedido no Interaguas para revisão do Plano.	A divisão está definida no âmbito do PERH-MS por Resolução do CERH. O Plano será revisto e um dos itens será a revisão da divisão. Foi feito um pedido no Interaguas para revisão do Plano.	Mesma situação	Mesma situação
		2.3	Planejamento estratégico institucional	Leonardo	2	Há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, mas ainda há necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e condições para sua efetiva implementação (indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas com os setores usuários e/ou transversais).	1	2	2		NÃO	Superintendência de Planejamento/ IMASUL	Não existe um Planejamento Estratégico; Único instrumento de planejamento é o PPA	Buscar apoio da superintendência de planejamento, pessoal qualificado para realizar o planejamento estratégico da área de recursos. Para aplicar metodologia adequada.	Existe um planejamento proposto no âmbito do Projeto do BNDES, mas ainda não foi aprovado pelo IMASUL.	Planejamento já foi aprovado no IMASUL. Falta a implementação.	Planejamento já foi aprovado no IMASUL. Falta a implementação.	Planejamento já foi aprovado no IMASUL. Falta a implementação.	Planejamento já foi aprovado no IMASUL. Falta a implementação.
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	Leonardo	3	Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Estadual, mas ainda há necessidade de atualizações, revisões e/ou não existem instrumentos ou condições para sua implementação.	3	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Necessita de revisão. O prazo está vencendo em 2014. Não existe uma metodologia de acompanhamento das ações do PERH.	Buscar fontes de financiamento e/ou alocar recursos orçamentários próprios.	Proposta colocada no interáguas.	Será enviado à SRHU/MMA as ações que foram implementadas do PERH. Alguns estudos foram revisados e outros implementados.	Já foi enviado ofício com o relatório à SRHU com as ações do Plano que foram implementadas. A demanda para a revisão do Plano está na SRHU através do Interáguas.	A demanda para a revisão do Plano está na SRHU através do Interáguas.	A demanda para a revisão do Plano está na SRHU através do Interáguas e também já foi enviado para a ANA.
		2.5	Planos de bacia	Leonardo	2	Alguns comitês estaduais já aprovaram seus planos de bacia.	1	2	3		NÃO	IMASUL/GRH		Os dois CBHs terão seus Planos de Bacias	Os 2 Planos de Bacia em elaboração tem previsão de serem aprovados em 2015.	Falta aprovação do Plano pelo CBH - Já está na pauta dos CBHs. (Ivinhema e Miranda)	Ivinhema já foi aprovado e o do Miranda está em análise na CTI do CBH Miranda. No âmbito do Plano do Paranaíba foi elaborado plano de ação para as bacias afluentes, na qual se enquadram as bacias do Santana e Aporé.	Ivinhema e Miranda já foram aprovados. Quando formar o CBH do Santana Aporé será recomendado a utilização do recorte da bacia no plano do Paranaíba.	Ivinhema e Miranda já foram aprovados. Será recomendado ao CBH do Santana Aporé a utilização do recorte da bacia no plano do Paranaíba. As pautas das próximas reuniões dos CBHs Miranda e Ivinhema terá foco na implementação do Plano da Bacia.
		2.6	Enquadramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2.7	Estudos especiais de gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	Cristiane e Jeverson	2	Existem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacionais em âmbito estadual, mas sua utilização é ainda relativamente limitada.	2	2	3		NÃO	IMASUL/GRH	Falta implementar sistema de apoio à outorga.	Existe um sistema de suporte à decisão para qualidade da água; Sistema de apoio à outorga (balanço) está em implementação; Sistema de gestão processual. Três módulos: cadastro de usuários, sistema de outorga e sistema quali-quantitativo.	Ferramenta computacional para dar suporte à decisão para a outorga está sendo desenvolvido (balanço por sub-bacia). O qualitativo não está pronto.	Os módulos estão em elaboração. O módulo de outorga vai entrar em teste. O módulo de outorga fará o balanço quali-quantitativo dos cursos de água e de quantidade de águas subterrâneas. Águas subterrâneas está em teste. Superficial quantitativo em finalização e o qualitativo em elaboração (1 mês). A parte processual já está pronta.	Só falta a fase de análise de comprometimento coletivo do módulo de outorga. O lançamento do módulo de outorga do sistema será no dia 30/11/2015. O módulo quali-quanti superficial e quanti de águas subterrâneas já está pronto.	Módulo de outorga entrou em operação em 7/12/2015. Possui implementado os módulos quali e quanti de águas superficial e está em fase de validação. O módulo quanti de águas subterrânea já está implementado.	Sistema implementado e funcionando adequadamente.
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	10	3.1	Base cartográfica	Jeverson	2	Existe uma área específica própria, responsável pelo processamento de dados georreferenciados e capaz de realizar análise do contexto geográfico para gestão de recursos hídricos, a qual dispõe de uma base digital em formato matricial da cartografia sistemática (escalas de 1:1.000.000 até 1:25.000) produzida pelo IBGE ou DSG.	2	3	3		NÃO	IMASUL/UGEO (GCF/DIDES)	Problemas não relevantes	Estado está reestruturando área de geoprocessamento Projeto SIG-MS do BID (aquisição de licenças do arcgis e capacitação dos servidores); Escala da hidrografia na 1:100.000; AGRAER administra a base de informação cartográfica;		A base hidrográfica codificada está sendo utilizada no módulo de outorga. Nova base (1:100.000) está sendo elaborada pela AGRAER que será a base oficial do estado e substituirá a base atual.	A base da AGRAER não vai sair e eles vão usar a base do IMASUL. A base do IMASUL está sendo adaptada para a base Ottocodificada na escala 1:100.000.	Aguardando o programa da ANA que traça a rede hidrográfica a partir de pontos definidos das nascentes e altimetria SRTM 30m. Com essas informações será verificado a compatibilidade com as castas DSG e estabelecidas as bases ottocodificadas	Aguardando o programa da ANA que traça a rede hidrográfica a partir de pontos definidos das nascentes e altimetria SRTM 30m. Com essas informações será verificado a compatibilidade com as cartas DSG e estabelecidas as bases ottocodificadas
		3.2	Cadastros de usuários e infraestrutura	Luciano	2	Existe cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica.	2	2	2		NÃO	IMASUL/GRH	Problemas não relevantes; Escala 1:1.000.000	Cadastro estadual de recursos hídricos já existe e será implantada a escala 1:100.000		Cadastro de usuário e de infraestrutura hídrica existe e está operacional.	Cadastro de usuário e de infraestrutura hídrica existe e está operacional.	Cadastro de usuário e de infraestrutura hídrica existe e está operacional.	Cadastro de usuário e de infraestrutura hídrica existe e está operacional. Mais de 7.000 cadastros
		3.3	Monitoramento hidrometeorológico	Beth	3	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes, mas a cobertura é inferior a 30% da rede planejada.	3	3	3		NÃO	IMASUL/ANA	Não tem rede própria fluviométrica, mas tem estações pluviométrica (Agraer/CEMTEC). Tem a rede com a ANA. Tem um planejamento de rede plu e flu. Havia uma meta de compra de 10 estações e o BNDES não liberou recursos para a compra.	Elaborar documento de planejamento a long/médio prazo de instalação/operação da rede hidrometeorológica	Planejamento já realizado.	Convencimento de níveis superiores sobre a necessidade de ampliar a rede própria e reservar orçamento para esta ação.	Convencimento de níveis superiores sobre a necessidade de ampliar a rede própria e reservar orçamento para esta ação.	Compromisso de se realizar um planejamento da rede estadual de monitoramento hidrometeorológica até final do ano.	Planejamento da rede estadual de monitoramento hidrometeorológico está com o secretário para avaliação.
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	Márcia	3	Existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, com pelo menos 30% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Águas (PNQA) e os dados gerados disponibilizados ao SNIRH.	3	4	4		NÃO	IMASUL/GCF/UCCA (laboratório)	Ajuste da rede prevista pelo PNQA e definição e operacionalização da RNQA; Laboratórios não são acreditados.	Reunião com a ANA para definir a RNQA; Acreditação no âmbito do PNQA	Aderiram ao Qualiágua	Qualiágua com ACT assinado. Falta assinar o contrato. Rever se o nível pode almentar na próxima oficina.	Contrato está no jurídico para avaliação. Previsão de que janeiro se assine o contrato.	Contrato do qualiágua já foi assinado com a ANA. Elabora o relatório anual de qualidade da água com IQA.	Ampliação da rede de qualidade está prevista e em execução.
		3.5	Sistema de informações	Jeverson	2	Existem informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em bancos de dados, mas não existe ferramental computacional que permita acessá-las e analisá-las em seu conjunto de forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do uso da água.	2	2	3		NÃO	IMASUL/(SGI/ SEFAZ)	Falta implantar o módulo de outorga;	Será implantado o módulo de outorga no SIRIEMA; Agendar com SER/Regulação visita com pessoal da SGI do MS;	O Módulo ainda não foi implantado, mas a previsão é de terminar dia 31/12/2014. Não foi possível a reunião com a SRE/ANA.	O sistema está em processo de finalização e início dos testes de validação.	O módulo de cadastro e quali-quantitativo (monitoramento) já está em operação e o módulo de outorga será lançado em 30/11/2015.	Módulo de outorga já em operação. Dados de cadastro de usuários em um sistema próprio. Dados de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água estão sistematizados em bases de dados da ANA e do próprio IMASUL.	Os dados estão sistemátizados e possuem ferramentas de acesso, como software de geoprocessamento e módulo de outorga.
		3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Angélica	2	Existem algumas ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse, mas essas não fazem parte de um plano ou programa mais amplo e estruturado.	2	2	2		NÃO	IMASUL	Não existe um levantamento de demanda de pesquisa e desenvolvimento na área de recursos hídricos.	Levantamento na FUNDECT das pesquisas relacionadas a recursos hídricos; Propor pesquisa de delimitação de bacias no Pantanal junto à Embrapa; Negociar com a FUNDEC edital para fomentar pesquisas necessárias à gestão de recursos hídricos.	Não existe o levantamento das ações de pesquisa promovidas pelo sistema de Rec. Hídr.	FUNDECT abriu vários editais na área de recursos hídricos; O IMASUL apresentará as demandas prioritárias de pesquisa na área de recursos hídricos para a FUNDECT; O IMASUL possui um ACT com a FUNDECT.	Houve uma articulação com a UFMS para que esta entrasse no grupo das universidades para compor o mestrado profissional da ANA/CAPES. Ainda será articulado com a FUNDECT linhas específicas de pesquisa. O estado desenvolveu o sistema de apoio à decisão para a outorga utilizando recursos próprios no qual inclui a análise do comprometimento coletivo e de balanço hídrico subterrâneo, juntamente com os bolsistas atavés da FUNDECT.	Contato com universidades para provocar o interesse.	Houve contato com a universidade que manifestaram interesse em trazer o Profágua.
META II.4 - Variáveis Operacionais	10	4.1	Outorga de direito de uso	Leonardo	3	Há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados até 15% do universo de usuários.	1	3	3		NÃO	IMASUL/GRH	Falta decreto do Governador; Falta módulo de balanço hídrico no sistema de outorga; Definição dos critérios de outorga; Existe um Manual de Outorga resultante do Projeto de Capacitação dos Agentes Gestores que precisa seratualizado e oficializado	Apresentação da ANA na Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos sobre critérios de outorga; Implementação do módulo de balanço hídrico no sistema de outorga; Atualização e regulamentação através de resolução do Manual de Outorga.	Decreto já foi assinado; Módulo de Balanço em elaboração; Critérios de outorga já definidos; Manual está sendo revisado e será uma resolução da SEMADE. (final de janeiro/2015)	Módulo de Balanço hídrico finalizado e entrará em teste; Manual de outorga em finalização e vai ser anexo da Resolução.	Módulo de outorga, no qual inclui o balanço hídrico, será lançado em 30/11/2015. Manual finalizado, mas ainda falta publicação. O IMASUL pretende emitir a primeira outorga em dezembro/2015.	Módulo de outorga já em operação. Manual publicado. Emitidas 82 outorgas até o momento, incluindo a desativação de poços.	Publicada resolução para usos insignificantes, novas resoluções de regularização do uso da água. Emitidas 293 outorga, incluídasas 24 desativação de poços.
		4.2	Fiscalização	Luiz Mário/ Leonardo	3	Há fiscalização dos usuários outorgados atreladas ao processo de regularização do uso da água (cadastramento, outorga), mas não há estrutura específica para desenvolvimento das ações de fiscalização.	1	1	1		SIM	IMASUL/GCF	Já existe um Manual de Fiscalização resultante de projeto de Capacitação de Agentes Gestores e que precisa ser revisado e oficializado no IMASUL.	A área de fiscalização está na gerência de Controle e Fiscalização que atua em toda a fiscalização do IMASUL (licenças ambientais, denúncias etc.). A polícia militar ambiental também atua em fiscalização no estado (convênio com IMASUL); Atualização do Manual de Fiscalização e regulamentação através de resolução da SEMADE; Realização de um planejamento de ações da GCF e GRH	Consta no Decreto de Outorga como será a fiscalização;	O manual de outorga possui um capítulo de fiscalização; Necessidade de articulação com as áreas de fiscalização do IMASUL.	Houve uma articulação com a área de fiscalização do IMASUL de maneira que o manual de fiscaliação do IMASUL possui um capitulo de recursos hídricos.	Manual ainda não foi aprovado e publicado pela área responsável pela fiscalização.	Possuem um passivo de fiscalização de usuários cadstrados, sem outorgas. A partir deste ano inicia a fiscalização dos outorgados.
		4.3	Cobrança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		4.5	Infraestrutura hídrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	Beth	2	Há infraestrutura e procedimentos instituídos para monitoramento de eventos críticos, mas ainda não há planejamento e execução de ações de controle e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos.	2	2	4		NÃO	IMASUL/GRH	Existe monitoramento de eventos críticos através da Embrapa e Defesa Civil; Alguns alertas das companhias de energia elétrica;	Serão realizados acordos com a Defesa Civil, Embrapa, Universidades, Agraer/CEMTEC etc.	Já iniciaram negociação.	IMASUL emite informação da situação dos níveis dos rios à Defesa Civil em caso de situações de cheias; Atualização dos níveis de referência para alertas.	Atualização dos níveis de referência ainda em processo de planejamento.	Atualização dos níveis de referência ainda em processo de definição. Houve muita demanda de informação de eventos críticos no estado e articulação com a defesa civil e emissão de avisos de evento crítico e de boletins.	Sala de Situação funcionando adequadamente.
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos								NÃO								Um percentual da taxa de outorga irá para o Fundo. Proposta de regulamentação está na PGE.
		4.8	Programas indutores								NÃO								

LEGENDA:

Variáveis sublinhadas: Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação